

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA RVA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.

entre

**RVA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.**

*como Emissora*

e

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

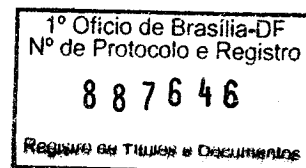
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

com a interveniência-anuência de

**JUSCELINO SARKIS**

*como Fiador*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
04 de dezembro de 2014  
\_\_\_\_\_



A handwritten signature in black ink, located at the bottom left of the page.

Several handwritten signatures in black ink, located at the bottom right of the page. One signature is preceded by a small number "1".

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RVA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**RVA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, ST SAI/SO, lote 24, sala 03, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.764.843/0001-01, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão ("Debenturistas");


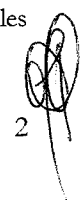


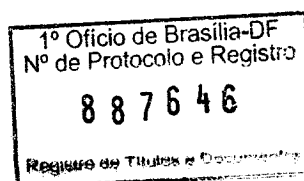
e, ainda, como fiador,

**JUSCELINO SARKIS**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade do tipo RG nº 801.709 – SSO/DF, inscrito sob o Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 381.120.431-91, residente e domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SMDB Conjunto 32, Lote 1, FR B, Lago Sul, CEP 71.680-282 ("Fiador");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e o Fiador doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da RVA Construções e Incorporações S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.



## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 04 de dezembro de 2014 ("AGE da Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (b) a prestação das Garantias Reais; e (c) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

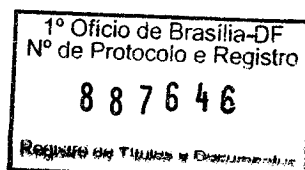
A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

### 2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.2.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.



### 2.3. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários

2.3.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal ("DODF") e no "Jornal de Brasília", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Arquivamento da Escritura na JCDF e Registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos será levada a registro, pela Emissora, às suas expensas, na JCDF, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. Uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JCDF deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados da obtenção do referido registro.

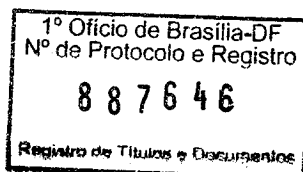
2.4.2. Em virtude da Fiança prestada pelo Fiador em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades dos domicílios das Partes ("Cartórios de RTD") em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura, devendo as respectivas comprovações dos registros serem entregues ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados a partir da obtenção do respectivo registro.

### 2.5. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros por meio da Plataforma Eletrônica de Negociação e/ou do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente; e
- (c) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução



CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende: (a) prestação de serviços de construções, reparações e demolições de obras civis; (b) administração, compra, venda e incorporação de imóveis; (c) intermediação na compra, venda e permuta; (d) locação de imóveis; (e) administração e participação em outras sociedades; e (f) compra e venda de materiais de construção em geral.

#### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

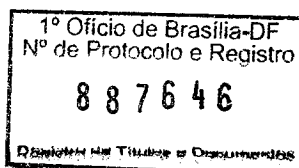
3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.

#### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

#### 3.5. Garantias

3.5.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias decorrentes das Debêntures, devidas pela Emissora aos Debenturistas, incluindo o pagamento Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração, encargos moratórios aplicáveis e demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura ("Valor Garantido") serão constituídas as seguintes garantias: (a) alienação fiduciária de determinado imóvel de propriedade da Emissora, da Cedro Participações e Empreendimentos Ltda. ("Cedro"), da Estrutural Empreendimento Ltda. ("Estrutural") e da Prisma Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Prisma" e "Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, a ser celebrado entre a Emissora, a Cedro, a Estrutural, a Prisma e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"); e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios devidos à Emissora, à Cedro, à Estrutural, à Prisma e à Polis Participações e Empreendimentos Ltda. ("Polis" e, em conjunto com a Cedro, a Estrutural e a Prisma, as "Garantidoras"), conforme o caso, pelos respectivos locatários de imóveis comerciais de propriedade da Emissora, da Cedro, da Estrutural, da Prisma e da Polis em decorrência da celebração de contratos de locação



não residencial, nos termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Cessão Fiduciária de Recebíveis") e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel, "Garantias Reais", nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Emissora, a Cedro, a Estrutural, a Prisma, a Polis, o Agente Fiduciário e instituição financeira, na qualidade de prestador de serviços de banco depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, "Contratos de Garantia").

3.5.2. Além das Garantias Reais constituídas nos termos da Cláusula 3.5.1 acima, em garantia do integral pagamento do Valor Garantido, será constituída garantia fidejussória representada por Fiança prestada pelo Fiador, de forma irrevogável e irretroatável por meio desta Escritura, obrigando-se o Fiador, por este instrumento e na melhor forma de direito, pelo pagamento de todos os montantes devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos descritos a seguir ("Fiança" e, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias").

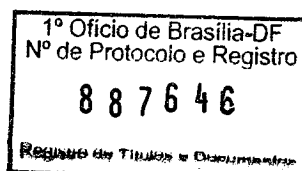
3.5.2.1. As obrigações do Fiador aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-lo de suas obrigações ou afetá-lo, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer aditamento, alteração, novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor até o pagamento integral do Valor Garantido.

3.5.2.2. O Valor Garantido será pago pelo Fiador no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador informando o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.1.2 desta Escritura ou a falta de pagamento, na respectiva data de vencimento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures Tal comunicação deverá ser imediatamente enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador após a ocorrência de falta do referido pagamento pela Emissora.

3.5.2.3. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, observado que o pagamento poderá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.5.2.4. Todo e qualquer pagamento realizado pelo Fiador em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.5.2.5. O Fiador neste ato expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos



77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelo Fiador com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.5.2.6. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ele honrada. O Fiador se compromete a somente exercer o seu direito de sub-rogação nos termos desta Cláusula após a quitação integral do Valor Garantido, nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia ou em qualquer outro documento da Oferta Restrita.

3.5.2.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.2.8. O Fiador desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.5.2.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.2.10. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

### **3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2.235, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42, na qualidade de instituição intermediária líder, responsável pela colocação das Debêntures ("Coordenador Líder"), nos termos de instrumento particular por meio do qual será regulada a sua distribuição pública no âmbito da Emissão ("Contrato de Colocação").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do art. 3º, incisos I e II da Instrução CVM 476.



3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos do art. 4º, incisos I e II da Instrução CVM 476.

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes especialmente, mas não limitadamente, de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e que poderá ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2 acima e das regras expedidas pela ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.7.2. A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").



8

Several handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page, including a large signature and several smaller initials.



3.7.3. As definições constantes desta Cláusula incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário, conforme aplicável, na prestação dos serviços previstos nos itens 3.7.1 e 3.7.2 acima.

### 3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para o refinanciamento das dívidas e reforço de capital de giro da Emissora.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Convertibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, e contarão com garantia adicional real e fidejussória.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento").

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 80 (oitenta) Debêntures.



## 4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures:

### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

### 4.2.2. Remuneração

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade (“Remuneração”). O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread} - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

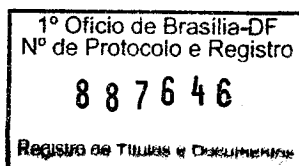
VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtivo das Taxas DI, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;



n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI<sub>k</sub> Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI<sub>k</sub> Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 2,9000

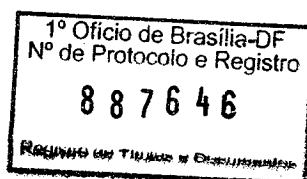
DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

  
11

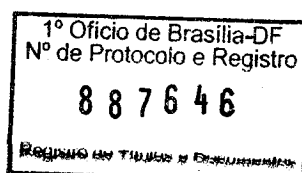
A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração do "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência de Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme disposto na Cláusula IX, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.



4.2.2.6. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva das Debêntures para refletir a nova Remuneração das Debêntures.

4.2.2.7. Para fins da presente Escritura: (i) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, com exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais (sendo que, quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos); (ii) a expressão “Período de Capitalização” significa o período de capitalização da Remuneração, correspondente, para o primeiro Período de Capitalização, ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive), e correspondente, para os demais Períodos de Capitalização, ao intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente (exclusive), sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento; e (iii) a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

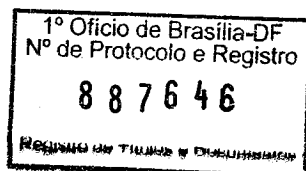
4.2.2.8. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva das Debêntures para refletir a nova Remuneração das Debêntures.

#### 4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos trimestralmente, sempre nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada resultante: (i) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

#### 4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) será amortizado trimestralmente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive), contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2016, e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou do Resgate Antecipado Facultativo Total) (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”), conforme tabela a seguir:



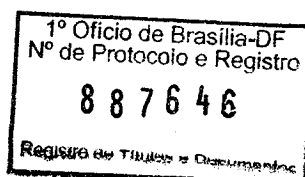
Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
15 de dezembro de 2016	4,762%
15 de março de 2017	4,762%
15 de junho de 2017	4,762%
15 de setembro de 2017	4,762%
15 de dezembro de 2017	4,762%
15 de março de 2018	4,762%
15 de junho de 2018	4,762%
15 de setembro de 2018	4,762%
15 de dezembro de 2018	4,762%
15 de março de 2019	4,762%
15 de junho de 2019	4,762%
15 de setembro de 2019	4,762%
15 de dezembro de 2019	4,762%
15 de março de 2020	4,762%
15 de junho de 2020	4,762%
15 de setembro de 2020	4,762%
15 de dezembro de 2020	4,762%
15 de março de 2021	4,762%
15 de junho de 2021	4,762%
15 de setembro de 2021	4,762%
15 de dezembro de 2021	Saldo do Valor Nominal Unitário

#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.



#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos à (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### 4.9. Colocação, Forma e Preço de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, observado o disposto no Contrato de Colocação.

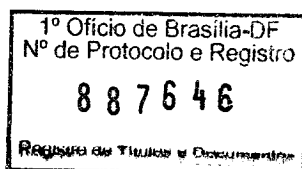
4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.10. Repactuação

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no "Jornal de Brasília" ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.gruposks.com/>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os



prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### **4.12. Liquidez e Estabilização**

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.13. Imunidade de Debenturistas**

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

#### **4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos**

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### **4.15. Classificação de Risco**

4.15.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

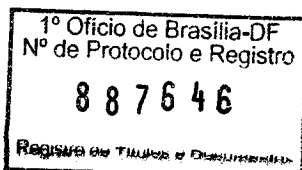
### **CLÁUSULA V**

#### **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

##### **5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total**

5.1.1. A partir da Data de Integralização, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante o pagamento de prêmio de resgate antecipado estabelecido na Cláusula 5.1.2.1(b) abaixo e observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.1.1.1. Não será admitido resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.





5.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total").

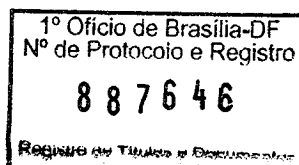
5.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual (*flat*), de acordo com a tabela abaixo, ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"):

Mês do Resgate Antecipado Facultativo Total <sup>(1)</sup>	Taxa do Prêmio de Resgate
De 15 de dezembro de 2014 a 15 de junho de 2015 (inclusive)	1,00%
De 15 de junho de 2015 (exclusive) a 15 de dezembro de 2015 (inclusive)	0,95%
De 15 de dezembro de 2015 (exclusive) a 15 de junho de 2016 (inclusive)	0,90%
De 15 de junho de 2016 (exclusive) a 15 de dezembro de 2016 (inclusive)	0,85%
De 15 de dezembro de 2016 (exclusive) a 15 de junho de 2017 (inclusive)	0,80%
De 15 de junho de 2017 (exclusive) a 15 de dezembro de 2017 (inclusive)	0,75%
De 15 de dezembro de 2017 (exclusive) a 15 de junho de 2018 (inclusive)	0,70%
De 15 de junho de 2018 (exclusive) a 15 de dezembro de 2018 (inclusive)	0,65%
De 15 de dezembro de 2018 (exclusive) a 15 de junho de 2019 (inclusive)	0,60%
De 15 de junho de 2019 (exclusive) a 15 de dezembro de 2019 (inclusive)	0,55%
De 15 de dezembro de 2019 (exclusive) a 15 de junho de 2020 (inclusive)	0,50%
De 15 de junho de 2020 (exclusive) a 15 de dezembro de 2020 (inclusive)	0,45%
De 15 de dezembro de 2020(exclusive) a 15 de junho de 2021 (inclusive)	0,40%
De 15 de junho de 2021(exclusive) a 15 de dezembro de 2021 (inclusive)	0,30%

(1) Contado a partir da Data de Emissão.

5.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, que já contemplará o percentual do prêmio de resgate respectivo, conforme tabela da Cláusula 5.1.2.1 acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.1.2.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.



5.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.1.4. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

## 5.2. Aquisição Facultativa

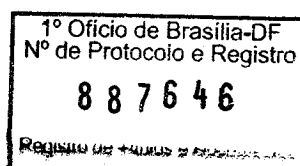
5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

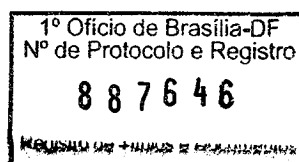
### 6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 e 6.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, se for o caso, declarar antecipadamente vencidas e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pelo Fiador, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, das Debêntures e dos demais documentos relacionados à Emissão, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento”):

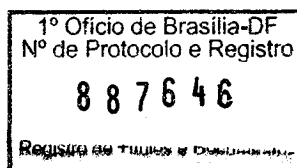
- (a) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos Contratos de Garantia ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, conforme aplicável;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, nos Contratos de Garantia ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão, pela Emissora, por qualquer das Garantidoras, e/ou pelo Fiador, conforme aplicável, não sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;



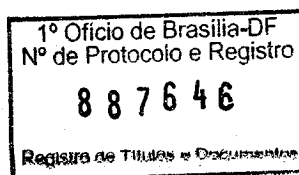
- (c) (i) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (ii) pedido de falência por terceiros, não elidido no prazo legal, da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; ou (iii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras; ou (iv) em caso de insolvência civil do Fiador, nos termos da legislação aplicável;
- (d) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do respectivo plano, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (e) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária (não sanado nos respectivos prazos de cura no respectivo contrato, se houver) da Emissora, de qualquer das Garantidoras, e/ou do Fiador contraída junto aos Debenturistas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária (não sanado nos respectivos prazos de cura no respectivo contrato, se houver) da Emissora, de qualquer das Garantidoras e/ou do Fiador, contraída junto aos Debenturistas, salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da decretação do respectivo vencimento antecipado ou da ocorrência do referido inadimplemento, for validamente comprovado pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, conforme o caso, que (i) o não cumprimento da obrigação foi motivado por descumprimento de obrigação pela parte contrária; ou (ii) o inadimplemento for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (g) protesto de títulos contra a Emissora, qualquer das Garantidoras e/ou o Fiador, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se: (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado, conforme o caso, pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou pelo Fiador; ou (ii) for cancelado ou sustado dentro do prazo legal, inclusive mediante prestação de garantias aceitas pelo Poder Judiciário ou realização de depósitos em juízo pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou pelo Fiador, conforme o caso;
- (h) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária (não sanado nos respectivos prazos de cura no respectivo contrato, se houver) da Emissora, de qualquer das Garantidoras e/ou do Fiador, na qualidade de garantidor de referidos instrumentos, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);



- (i) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária (não sanado nos respectivos prazos de cura no respectivo contrato, se houver) da Emissora, de qualquer das Garantidoras e/ou do Fiador, na qualidade de garantidor de referidos instrumentos, conforme aplicável, contraída junto a quaisquer terceiros, salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da decretação do respectivo vencimento antecipado ou da ocorrência do referido inadimplemento, for validamente comprovado pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou pelo Fiador, conforme o caso, que (i) o não cumprimento da obrigação foi motivado por descumprimento de obrigação pela parte contrária; ou (ii) o inadimplemento for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (j) provarem-se falsas, ou revelarem-se enganosas, quaisquer declarações prestadas pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, inclusive com relação a qualquer de suas respectivas controladas diretas e indiretas, nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão;
- (k) revelarem-se incorretas ou omissas, quaisquer declarações prestadas pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, inclusive com relação a qualquer de suas respectivas controladas diretas e indiretas, nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão, sem que tal incorreção ou omissão seja sanada no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de comunicação da referida comprovação pelo Agente Fiduciário à Emissora, às Garantidoras e/ou ao Fiador;
- (l) disposição, transferência, cessão, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais ou permissão ou promessa para que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico da Emissora, das Garantidoras e/ou do Fiador;
- (m) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos de participação nos lucros a seus respectivos acionistas, caso a Emissora, qualquer das Garantidoras e/ou o Fiador esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão, salvo se o pagamento esteve limitado a montante equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora no respectivo exercício social;
- (n) realização de redução de capital social da Emissora e/ou de suas respectivas controladas diretas e indiretas, com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da Emissão, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

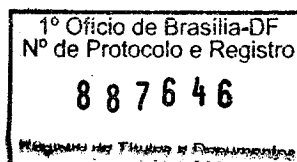


- (o) ocorrência de qualquer alteração na composição do controle acionário (conforme definição de controle acionário previsto no art. 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, e/ou de qualquer de suas respectivas controladas diretas e indiretas sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (p) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), alienação ou cessão de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, e/ou qualquer de suas respectivas controladas diretas e indiretas, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (q) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa de entidade regulatória, não passíveis de recurso, ou decisão arbitral definitiva ou procedimento assemelhado de caráter definitivo contra a Emissora, qualquer das Garantidoras e/o Fiador, em valor agregado igual ou superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas);
- (r) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que inviabilizem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, exceto por aquelas sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (s) caso qualquer das Garantias Reais se torne insuficiente, inválida e/ou inexecutável, exceto se houver a substituição ou o reforço das Garantias Reais nos termos dos Contratos de Garantia de forma satisfatória aos Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (t) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.8.1 desta Escritura;
- (u) questionamento, pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, por quaisquer Representantes, desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer dos demais documentos relacionados à Emissão;
- (v) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelo Fiador, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer dos demais documentos relacionado à Emissão, salvo se previamente aprovado pelos Debenturistas



que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (w) alteração do objeto social da Emissora e/ou de suas respectivas controladas diretas e indiretas, que modifique a respectiva atividade principal por elas praticadas conforme disposto em seus atos constitutivos vigentes na Data de Emissão;
- (x) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, fora do curso normal de seus negócios, pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de seu(s) ativo(s) fixo(s) ou permanente(s) que inviabilize o exercício regular das suas atividades;
- (y) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (z) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de, conforme o caso, sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, de qualquer das Garantidoras e/ou do Fiador, ou que inviabilize o exercício regular das suas respectivas atividades e/ou o cumprimento de suas respectivas obrigações;
- (aa) concessão, pela Emissora, de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para terceiro, não pertencente aos seu grupo econômico ou que afetem sua capacidade de adimplemento de suas obrigações financeiras, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (bb) não observância, pela Emissora, dos índices financeiros (“Índices Financeiros”) indicados a seguir, a serem apurados pelo auditor independente, anualmente, e acompanhados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações referidas na Cláusula 7.1.(a).(i) abaixo, tendo por base demonstrações financeiras consolidadas e auditadas divulgadas pela Emissora, e o cálculo a partir, inclusive, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:  
  
Dívida Líquida Financeira/(EBITDA, acrescido dos Dividendos das Controladas) deve ser menor ou igual a: (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, (ii) 4,00 (quatro) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iii) 3,00 (três) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e subsequentes, durante todo o prazo de vigência das Debêntures.



Para os fins desta Escritura, os seguintes termos terão os seguintes significados:

“Dividendos das Controladas”, significa todos os dividendos distribuídos por (i) SKS Laminados Ltda., (ii) Sarkis Mineração Ltda., (iii) Açopronto Logística e Serviços Ltda., (iv) SAMI Manutenção Ltda., (v) Prisma Imobiliária S.A., e (vi) Cedro Imobiliária S.A. (em conjunto, as “Controladas”), durante o respectivo período de verificação, observado o disposto na Cláusula 7.1(w).

“Dívida Líquida Financeira” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, sem duplicação, (a) o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional, avais e fianças prestados; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras); (c) mais os ajustes negativos (passivo) e menos os ajustes positivos (ativo) dos instrumentos financeiros – Swap contratados exclusivamente para proteção da variação cambial da dívida, obedecendo às regras contábeis (ativo/passivo); e

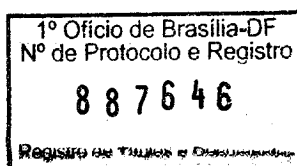
“EBITDA” significa, de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e

(cc) morte, declaração de incapacidade ou declaração de ausência ou insolvência do Fiador, sem que, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do evento, seja apresentado, pela Companhia, substituto a ser aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

6.1.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento não previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo, a Emissora e o Fiador se obrigam a, conforme o caso, até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data em que tomar ciência do fato, notificar, nos termos da Cláusula XI abaixo, o Agente Fiduciário e os Debenturistas por meio físico (com protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio) e/ou eletrônico, conforme aplicável, para que os Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento de referida notificação, se manifestem acerca da concessão ou não de uma autorização específica para a não observância, pela Emissora, de tal Evento de Inadimplemento.

6.1.2.1. A manifestação de que trata a Cláusula 6.1.2 acima deverá ser ratificada por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada nos termos da Cláusula IX abaixo, na qual Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por conceder a autorização de que trata o item 6.1.2. acima.

6.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (c), (d), (e), (h), (j), (l), (m), (n), (o), (p), (q), (s), (t), (u), (v), (x), (y), (aa) e (cc) da Cláusula 6.1.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou



extrajudicial, ficando, adicionalmente, dispensada a deliberação por meio de Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.1.2.1 acima para a configuração do vencimento antecipado.

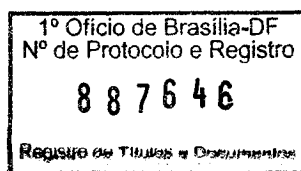
6.1.4. Na hipótese de um Evento de Inadimplemento não previsto no item 6.1.3. acima, o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar do momento em que tomar ciência do referido Evento de Inadimplemento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula IX abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.1.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.1.4. acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6.1.6. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.1.4. acima: (i) forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) caso não seja alcançado o quórum especificado no item 6.1.5 acima para a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (iii) em caso de não instalação em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada à Emissora e ao Fiador com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

6.1.7. Em caso de declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis, contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XI abaixo ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula XI abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.1.8. O resgate das Debêntures de que trata o item 6.1.7. acima, assim como o pagamento das obrigações decorrentes de tais Debêntures, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 6.1.7. acima.





6.1.9. Caso ocorra o pagamento decorrente do vencimento antecipado, caberá à Emissora comunicar, por meio de correspondência, em conjunto com o Agente Fiduciário, a CETIP e com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à data em que deva realizar o pagamento, observado o prazo disposto no item 6.1.7. acima.

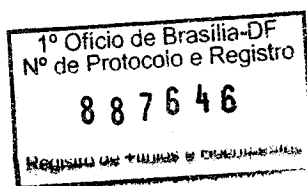
## CLÁUSULA VII

### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

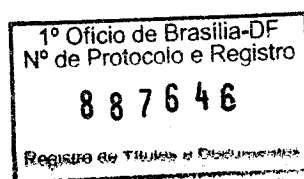
7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

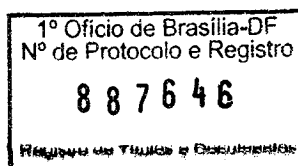
- (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas, bem como cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou às suas respectivas administrações incluindo eventuais respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (ii) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Emissora, cálculo este que será por sua vez auditado pelo auditor independente da Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção deste e assinado por representante legal da Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (iii) declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (c) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente segurados; e (d) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social;
- (ii) em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua divulgação, cópia dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;
- (iii) no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");



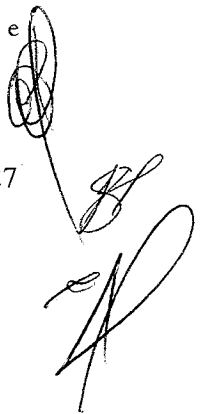
- (iv) em até 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
- (v) para fins da elaboração do relatório anual de que trata o item "m" da Cláusula 8.4.1 desta Escritura, informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, que venham a ser solicitados razoavelmente pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no item "n" da Cláusula 8.4.1 desta Escritura. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (b) proceder à publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, às expensas da Emissora, desde que tal despesa tenha sido, sempre que possível, previamente aprovada pela Emissora, tenham acesso irrestrito: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (e) cumprir com todas as determinações emanadas da CETIP e CVM com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência do evento, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora por prazo superior a 5 (cinco) dias;
- (g) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da respectiva ocorrência, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que, na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;



- (h) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes no setor de atuação da Emissora;
- (i) não praticar atos em desacordo com o seu estatuto social e com a presente Escritura, que comprometam, direta ou indiretamente, o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (j) manter válidos, regulares e em pleno vigor todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto por aquelas sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (k) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental (caso aplicável) e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas à Emissora, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como disponibilizá-los aos Debenturistas quando por eles solicitado;
- (l) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo total das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;
- (m) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 ("Atos Lesivos");
- (n) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (o) manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens;



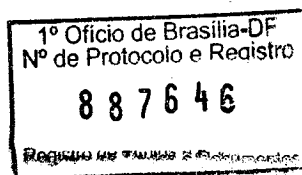
27



- (p) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da celebração da presente Escritura, salvo se previamente aprovado pelos Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (q) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (r) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP;
- (s) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (t) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas na Instrução CVM 476:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (ii) submeter suas demonstrações financeiras referentes a cada exercício social à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
  - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;



- (vii) fornecer as informações eventualmente solicitadas pela CVM;
- (u) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior conforme solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionadas à presente Emissão, sendo que os referidos documentos poderão ser guardados em meios físicos ou eletrônicos, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
- (v) não realizar quaisquer outras emissões de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (w) até a Data de Vencimento, a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e seus Representantes, as Leis Anticorrupção, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
- (x) votar, durante toda a vigência das Debêntures, nas respectivas assembleias gerais de acionistas ou reuniões e assembleias gerais de sócios, conforme o caso, das "Controladas, no sentido de aprovar a distribuição de dividendos em montante nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido acumulado por cada uma das Controladas no respectivo exercício social, deliberando, ainda, que os referidos pagamentos deverão ocorrer sempre dentro do mesmo exercício social em que sejam aprovados;
- (y) tomar todas as medidas incluindo, mas não se limitando, as administrativas e judiciais, necessárias para que se efetivem os pagamentos, pela Controlada em favor da Emissora, de todos os valores de que trata o item (w) acima, às suas expensas; e
- (z) independente de culpa, ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a respectiva autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista; e
- (aa) franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência.



7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, o Fiador obriga-se, por sua vez, a:

- (a) cumprir, durante o prazo total das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;
- (b) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pelo Fiador na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (c) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pelo Fiador na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis;
- (d) até a Data de Vencimento, a observar e cumprir as Leis Anticorrupção, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas, devendo: (i) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (ii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

7.3. A Emissora, por meio da presente Escritura, de maneira irrevogável e irretratável, autoriza o Agente Fiduciário a tomar, em nome da Emissora, todas as medidas necessárias para efetivar o que dispõem os itens (w) e (x) da Cláusula 7.1 acima no caso de inércia da Emissora.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

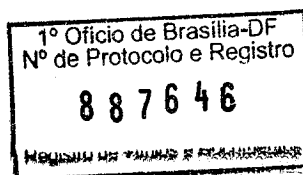
8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:



- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) que verificou a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28;
- (f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (k) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (m) que não atua, nesta data, como agente fiduciário de outras emissões de debêntures da Emissora e/ou de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (n) que assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea (l) acima, bem como aos Debenturistas; e



- (o) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

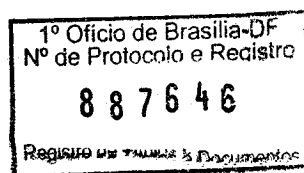
8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.2.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A





remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivada na JCDF nos termos do item 2.4.1 acima.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

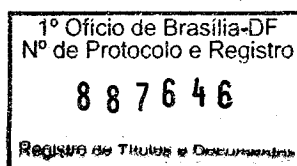
#### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

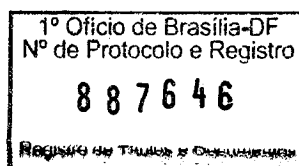
- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;



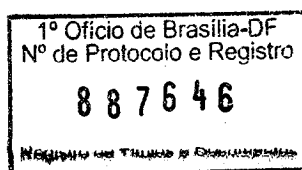
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



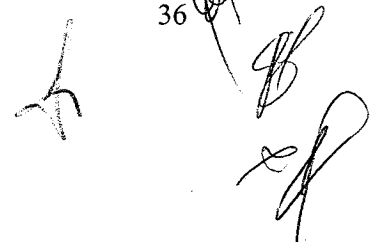
- (i) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
- (vi) verificar a regularidade da constituição e do valor das Garantias Reais e da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (iii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pelo Fiador nesta Escritura;
- (ir) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (x) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (xi) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
- (xiri) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (I) denominação da companhia ofertante; (II) valor da emissão; (III) quantidade de debêntures emitidas; (IV) espécie; (V) prazo de vencimento das debêntures; (VI) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (VII) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.



- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) no endereço do Coordenador Líder e das demais instituições financeiras que atuarem na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, nos termos da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) coordenar o resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento; e



36



- (u) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora.

## 8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias Reais e a Fiança, observados os termos e condições desta Escritura e dos Contratos de Garantia, aplicando o produto da excussão na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.3 e 6.1.5 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

## 8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais no valor de R\$9.000,00 (nove mil reais), sendo o pagamento da primeira parcela devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.



8.6.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 8.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do 1º (primeiro) pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

8.6.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

8.6.4. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou na hipótese de ocorrência de alterações das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora de trabalho por profissional, devido a título de: (a) assessoria aos Debenturistas; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (d) execução das Debêntures e/ou das Garantias Reais. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado aos trabalhos realizados.

8.6.5. A remuneração acima referida não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: (i) publicações em geral; (ii) notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens e estadias, alimentação, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros; e (iii) ou assessoria legal aos Debenturistas.

8.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.7. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, conforme o caso.

8.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 8.7. Despesas



8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que tenha comprovada e razoavelmente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.


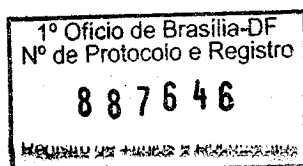
8.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrente de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

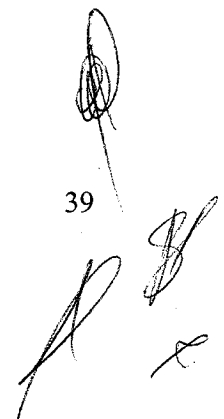
8.7.4.1. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) ligações telefônicas;



39



- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

## CLÁUSULA IX

### ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas" ou, individualmente, "Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 9.1. Convocação

9.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.





## 9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas instalar-se-á(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito desta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

## 9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas serão ocupadas pelos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.




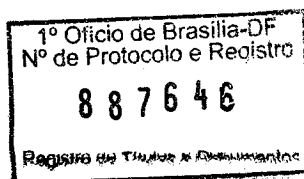
## 9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura, as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação quando implicarem em alteração: (i) da Remuneração das Debêntures; (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) da Data de Vencimento das Debêntures; (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (*waiver*); (vi) dos *quorum* de deliberação e dos termos e condições previstos nesta Cláusula IX; (vii) das Garantias Reais e/ou da Fiança.

9.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

9.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

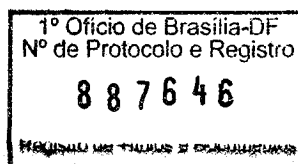


41

**CLÁUSULA X**  
**DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO FIADOR**

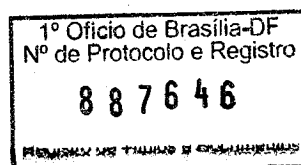
10.1. A Emissora declara, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures, a constituir as Garantias Reais e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476 constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora e do Fiador, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ordem judicial, arbitral ou de autoridade administrativa, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja signatária;
  - (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens (exceto pelas Garantias Reais); ou
  - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório exigido para o cumprimento pela Emissora de suas respectivas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo disposto a seguir: (i) arquivamento desta Escritura na JCDF; (ii) registro das Debêntures junto à CETIP; e (iii) registro dos Contratos de Garantia, conforme o caso, nos Cartórios de RTD e Cartórios de Registro de Imóveis competentes,



conforme aplicável;

- (g) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, regulares e vigentes, exceto por aquelas sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (h) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (i) que, até a presente data, a Emissora, ou qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração (“Representantes”): (i) não usou os seus recursos e/ou de suas respectivas controladas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) não fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, não praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) não violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ao U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e ao UK Bribery Act 2010, conforme aplicável (“Leis Anticorrupção”); (iv) não fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal (em conjunto, “Condutas Indevidas”);
- (j) as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do



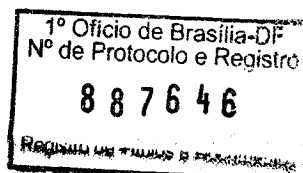
endividamento da Emissora;

- (k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar à Emissora e/ou ao Fiador e/ou às respectivas controladas diretas e indiretas, um Impacto Adverso Relevante que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras, conforme aplicável;
- (l) tem conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) as informações prestadas pela Emissora, no âmbito da Oferta Restrita, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos potenciais investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita, responsabilizando-se a Emissora por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão com relação às informações prestadas;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Impacto Adverso Relevante na Emissora e/ou em suas controladas diretas e indiretas em prejuízo dos Debenturistas; e
- (p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.

10.1.1 Para todos os fins desta Escritura, "Impacto Adverso Relevante" significa a ocorrência de um evento ou circunstância (considerado isoladamente ou em conjunto com qualquer evento ou circunstância anterior) que possa afetar negativamente a capacidade da Emissora e/ou do Fiador e das respectivas controladas diretas e indiretas, de cumprir com as obrigações por elas assumidas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão.

10.2. O Fiador declara, por sua vez, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a prestar a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (b) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pelo Fiador constituem



obrigações lícitas, válidas, vinculantes, exigíveis e exequíveis de acordo com seus termos e condições;

(c) a celebração desta Escritura, a prestação da Fiança e o cumprimento das obrigações do Fiador aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ordem judicial, arbitral ou de autoridade administrativa, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete o Fiador, nem irão resultar em:

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual o Fiador seja signatário;

(ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou

(iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

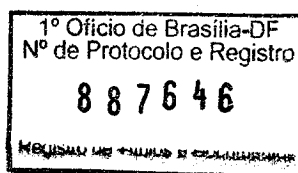
(d) as informações prestadas pelo Fiador, no âmbito da Oferta Restrita, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos potenciais investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita, responsabilizando-se o Fiador por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão com relação às informações prestadas;

(e) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;

(f) que, até a presente data, o Fiador, : (i) não usou os seus recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) não fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, não praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) não violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando às Leis Anticorrupção; (iv) não praticou qualquer Conduta Indevida; e

(g) é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures.

10.3. A Emissora e o Fiador declaram, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirão todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas



naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.4. A Emissora e o Fiador se obrigam a indenizar, de forma irrevogável e irretratável, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1. acima.

10.5. Sem prejuízo do disposto no item 10.4. acima, a Emissora e o Fiador se obrigam a notificar o Agente Fiduciário no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

#### **Para a Emissora:**

**RVA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.**

SAI/SO, lote 24, sala 03, Guará

CEP: 71219-010, Brasília, DF

At.: Sr. Eduardo Petri

Tel.: (61) 2107-2748

Fax: (61) 2107-2748

E-mail: eduardo.petri@gruposks.com / juscelino.sarkis@gruposks.com / luiz.siqueira@gruposks.com

#### **Para o Agente Fiduciário:**

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

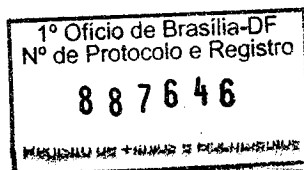
At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel: (11) 2172 2628

Fax: (11) 3078 7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br / tlima@planner.com.br / fiduciario@planner.com.br

#### **Para o Banco Liquidante:**



**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Olavo Setúbal

CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para o Escriturador Mandatário:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

**Para o Fiador:**

**JUSCELINO SARKIS**

SMDB Conjunto 32, Lote 1, FR B, Lago Sul

Tel. (61) 2107-2727

E-mail: [debentures@gruposks.com](mailto:debentures@gruposks.com) / [secretaria@gruposks.com](mailto:secretaria@gruposks.com)

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pelo aparelho utilizado pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

**11.2. Renúncia**



11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 11.3. Despesas

11.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

### 11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

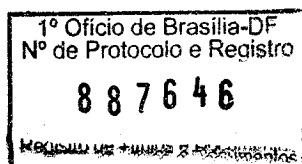
### 11.5. Aditamentos

11.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário e arquivados na JCDF nos termos do item 2.4.1 acima.

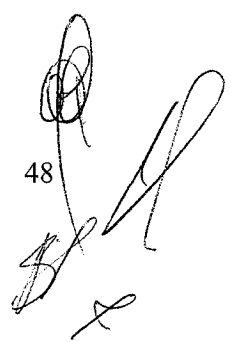
### 11.6. Outras Disposições

11.6.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.6.2. Observados os termos da Cláusula 6.1 acima, caso ocorra qualquer reorganização societária envolvendo a Emissora, esta desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder.



48





11.6.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6.5. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

#### **11.7. Lei Aplicável**

11.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

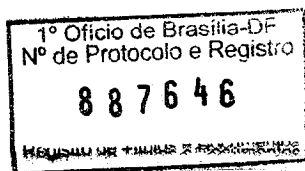
#### **11.8. Foro**

11.8.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

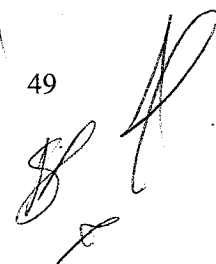
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 04 de dezembro de 2014.

(O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)




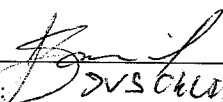
49

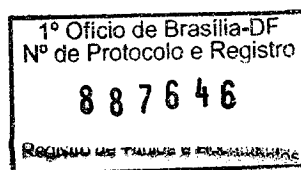


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da RVA Construções e Incorporações S.A.)



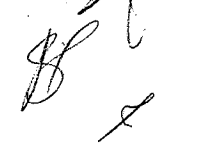
**RVA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.**

  
Nome: **CRISTIANE SARKIS ABDALA**  
Cargo: **ADMONISTA**

  
Nome: **DVSCLAND SARKIS**  
Cargo: **DIRETOR PRESIDENTE**

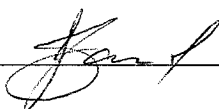




  
  
  
50

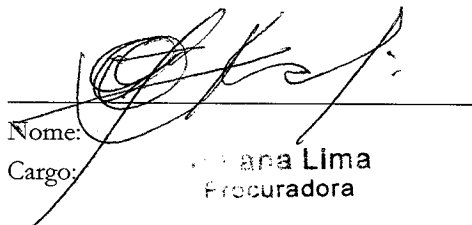
*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da RVA Construções e Incorporações S.A.)*

JUSCELINO SARKIS



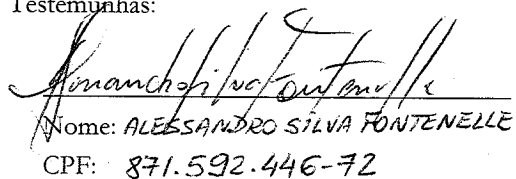
(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da RVA Construções e Incorporações S.A.)

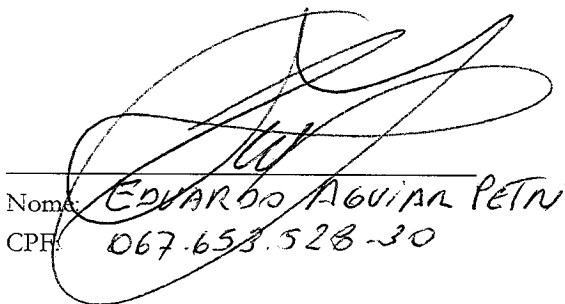
PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

  
Nome: Mariana Lima  
Cargo: Procuradora

  
Nome: Zélia Souza  
Cargo: Procuradora

Testemunhas:

  
Nome: ALESSANDRO SILVA FONTENELLE  
CPF: 871.592.446-72

  
Nome: EDUARDO AGUIAR PETRI  
CPF: 067.653.528-30

